

1

2

ATA 05ª SESSÃO ORDINÁRIA

3 Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às 14 horas e 15 minutos,
4 na sala de reuniões da Diretoria Administrativo-Financeira do IPERGS, situada no décimo
5 primeiro andar do prédio, nº. 1.945, da Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre – RS,
6 realizou-se a segunda sessão, no mês, do Colegiado, sob a Presidência do Conselheiro
7 **Luís Fernando Alves da Silva**, Vice-Presidente do Conselho, e secretariada por mim,
8 Eliana Alves Maboni, Secretária do Conselho. **I) Abertura:** Havendo número legal de
9 Conselheiros foi, pela Mesa, declarada aberta a sessão, que contou com a presença dos
10 Conselheiros: **Antonio Alberto Andrezza, Bayard Schneider Bernd, Carlos Eduardo**
11 **Prates Cogo, Eunice Terezinha Cardozo Bello, Kátia Terraciano Moraes, Luís**
12 **Fernando Alves da Silva, Roberto Max Liebstein e Vera Maria Lessês.** O Conselheiro
13 **Cláudio Luis Martinewski** foi substituído por seu suplente, Gustavo Borsa Antonello. As
14 assinaturas foram apostas em folha especialmente identificada para registro de presenças,
15 que fica fazendo parte da presente ata. **II) Ausências justificadas: Álvaro de Medeiros,**
16 **Édino José Alves, Heriberto Roos Maciel.** O Conselheiro **Heriberto Roos Maciel**
17 justificou sua ausência por escrito, em razão de agenda com o Prefeito de Porto Alegre para
18 entrega de recomendação da Promotoria em que atua sobre o serviço de transporte por
19 meio do aplicativo Uber. **III) Leitura e aprovação da ata da sessão anterior:** A seguir, foi
20 efetuada a leitura da Ata nº 04 que, depois de aprovada, será assinada por mim, Secretária
21 do Conselho, e pelo Senhor Presidente. **IV) Correspondências Recebidas:** Processo nº
22 046325-2442/15-0, PAI/2016. **V) Correspondências Expedidas:** Ofício nº 02/2016, convite
23 ao Diretor de Saúde; Processo nº 044275-2442/13-0, que trata do Relatório de Gestão
24 Exercício 2012; e Processo nº 027259-2442/14-4, que trata do Relatório de Gestão
25 Exercício 2013. **VI) Pauta:** Dando abertura à sessão, o Vice-Presidente Luís Fernando Alves
26 da Silva procedeu ao relatório e parecer do Processo nº 027259/14-4, que trata do Relatório
27 de Gestão Exercício 2013. Após ler o relatório, o Vice-Presidente opinou no sentido de: a)
28 não opor óbice ao relatório apresentado pela Diretoria Executiva; b) recomendar a
29 observância das recomendações inseridas pela Setorial da CAGE, nos seus relatórios de
30 auditoria; c) recomendar como medida de produtividade e agilidade, na análise dos
31 relatórios de gestão dos exercícios ainda não avaliados por este Conselho, que os
32 respectivos processos sejam submetidos à Setorial da CAGE antes de aportarem neste
33 Conselho. Após, os Conselheiros discutiram em relação ao assunto tirando dúvidas em
34 relação ao Processo com o relator, sendo o seu relatório aprovado por unanimidade dos

35 Conselheiros presentes à sessão, ou seja, por 9 (nove) votos. Nos assuntos de Ordem
36 Geral, a Conselheira Kátia relatou estar recebendo várias denúncias no SINAPERS em
37 relação ao mau atendimento dos profissionais médicos e sua equipe no Hospital da Santa
38 Casa, os quais não estão querendo marcar consulta pelo IPE, justificando que não atendem
39 mais pelo convênio. Destacou várias denúncias em especial ao atendimento na neurologia
40 da Santa Casa. Lembrou que há muito tempo acontece de os segurados serem humilhados
41 nos hospitais e nos consultórios médicos. Sugeriu que o Conselho solicite um
42 posicionamento do Diretor de Saúde em relação ao assunto, inclusive conversando com o
43 Grupo Paritário, que tem representação do Hospital da Santa Casa. O Conselheiro Bayard
44 sugeriu solicitar a presença do Diretor de Saúde para prestar esclarecimentos. A
45 Conselheira Eunice lembrou a denúncia feita pela Sra. Gislaine Margarida Rodrigues,
46 Processo nº 000225/16-0, que trata de irregularidades no Hospital Beneficência Portuguesa,
47 conforme registro em Ata nº 01/2016, e disse ter, há pouco tempo, passado pela mesma
48 situação constrangedora e humilhante com familiar internado naquele hospital. O
49 Conselheiro Antonio relatou que no interior do Estado também acontecem fatos como os
50 relatados no momento e sugeriu que o assunto inclua não só o Hospital da Santa Casa, mas
51 os hospitais em geral. O Conselheiro Roberto sugeriu que, independentemente das medidas
52 que o Conselho irá tomar em relação ao assunto, as entidades denunciem na mídia, por
53 escrito e na direção do hospital, para obter resposta com maior rapidez. A Conselheira Vera
54 disse que passou por problemas muito sérios na região de Santa Rosa, onde recebem
55 atendimento pelo IPE em uma Clínica e no Hospital São Vicente de Paulo, em função de
56 denúncias feitas na mídia. Após denúncias em relação ao atendimento destes profissionais,
57 eles desmarcaram consultas agendadas pelo IPE. No momento, a região está sem
58 mastologista, neurologista e outros especialistas, que cancelaram o atendimento pelo IPE,
59 por conta da denúncia na RBS/TV. Neste sentido, para amenizar o problema, a Conselheira
60 disse que o 35º Núcleo do CPERS/Sindicato, o qual ela representa como Diretora, foi até a
61 Clínica conversar com os diretores para não perder todos os profissionais. O Conselheiro
62 Carlos elogiou o atendimento no Hospital Divina Providência, porém propôs que o Hospital
63 venha a atender pelo IPE também na emergência. Ficou como encaminhamento convidar o
64 Diretor de Saúde para participar de uma sessão no Conselho e debater o assunto em pauta.
65 O Conselheiro Bayard disse deixar uma preliminar em relação à Informação nº 165
66 DP/2016, que trata da resposta ao Ofício CD-IPERGS nº 01/2016. Ressaltou o item 3 que
67 diz: “Que as aplicações ocorridas no BRB remontam a abril de 2014, sendo que não
68 localizamos ata de reunião, tampouco APR – Autorização de Aplicação e Resgate que

69 justifique aquelas aplicações”. O Conselheiro disse já ter alertado em relação aos anos
70 anteriores que só um servidor responsável pela aplicação de todos os fundos não seria o
71 indicado e agora se constata a inexistência de ata em relação ao assunto, o que torna o fato
72 gravíssimo. O Vice-Presidente disse que, conforme informações do Diretor de Previdência
73 em apresentação neste Conselho e na União Gaúcha, as atas começaram a ser redigidas a
74 partir da apropriação do assunto pela Diretoria de Previdência no ano de 2015. O
75 Conselheiro Roberto questionou quem autorizava estas aplicações, qual o servidor que
76 cuidava da Carteira e a quem se reportava diretamente, o que ficou como indagação a ser
77 colocada quando da retomada da discussão sobre o Plano Anual de Investimentos. **VII)**
78 **Pauta da próxima sessão:** Discussão e votação do parecer do Processo nº 046325-
79 2442/15-0, que trata da Política Anual de Investimentos 2016 – PAI/2016. **VIII)**
80 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi, pelo Senhor Presidente, encerrada a
81 sessão às 16 horas e 05 minutos, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata, que será
82 objeto de leitura e aprovação na próxima sessão, sendo assinada por mim, Eliana Alves
83 Maboni, Secretária do Conselho, e pelo Senhor Vice-Presidente. -*-*-*-*-

84 Sala de reuniões DAF, 09 de março de 2016.

85

86 **Eliana Alves Maboni**
87 Secretária do Conselho

Luís Fernando Alves da Silva
Vice-Presidente do Conselho

88